

A FASE INTRODUTÓRIA DA ACÇÃO EXECUTIVA PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA  
APÓS AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DL Nº 226/2008, DE 20 DE NOVEMBRO  
*THE INTRODUCTORY PHASE OF EXECUTIVE ACTION FOR PAYMENT OF A CERTAIN  
AMOUNT AS AMENDED BY DECREE NO. 226/2008 OF 20 NOVEMBER*

Paulo Pimenta\*

**Resumo** O presente texto versa sobre as relevantes alterações que o DL nº 226/2008, de 20 de Novembro, operou na fase introdutória da acção executiva para pagamento da quantia certa.

**Palavras-chave:** acção executiva; despacho liminar; citação prévia; penhora imediata; agente de execução; juiz de execução.

**Abstract:** *This paper is about the relevant changes which were introduced in the preliminary stage of the enforcement procedure for payment debt by Decree-Law nº 226/2008, 20 November*

**Keywords:** *enforcement proceedings; preliminary order; previous notification; immediate attachment; enforcement agent; enforcement judge.*

## 1. Generalidades

Como é consensualmente entendido, o regime da acção executiva sofreu uma relevante reforma por via do DL nº 38/2003, de 8 de Março, diploma este que, com vigência desde 15/09/2003, consagrou um novo paradigma no processo executivo, inspirando-se particularmente no regime francês, corporizado na figura do *huissier de justice*.

Para além da própria alteração do paradigma, e como sua decorrência (até certo ponto, ao menos), o legislador procedeu a inúmeras modificações em diversos aspectos da tramitação da acção executiva (sobremaneira, na execução pecuniária).

Uma das áreas em que as modificações foram mais significativas respeita à fase introdutória da acção executiva, tendo expressão nos artigos 811º, 812º, 812º-A e 812º-B do Código de Processo Civil (CPC)<sup>1</sup>.

Cerca de cinco anos decorridos, eis que o legislador introduziu novas alterações no regime da acção executiva, através do DL nº 226/2008, de 20 de Novembro, que teve início de vigência em 31/03/2009<sup>2</sup>.

Esta nova intervenção legislativa, essencialmente marcada pelo aprofundamento das linhas caracterizadoras da reforma de 2003, trouxe consigo mexidas em diversos aspectos de ordem procedimental.

Um desses aspectos voltou a ser o da fase introdutória da acção executiva, tendo sido revogados os artigos 812º, 812º-A e 812º-B e aditados os artigos 812º-C, 812º-D, 812º-E e 812º-F, mantendo-se o artigo 811º, embora com alterações.

Se já em face da redacção proveniente do DL nº 38/2003, vinha sendo dito que a regulamentação da fase liminar da execução era complexa, agora, perante os normativos introduzidos pelo DL nº 226/2008, saiu reforçada a convicção acerca da complexidade que caracteriza a fase inicial do processo executivo.

É este o mote para o presente texto, destinado a analisar a evolução legislativa e, com isso, a contribuir para a interpretação dos novos preceitos.

Devo começar por dizer, em jeito de nota prévia, que sempre acompanhei a ideia de que a regulamentação da fase introdutória do processo executivo, tal como saiu da reforma de 2003, era complexa e excessiva.

\* Mestre em Direito; Docente Universitário; Advogado.

<sup>1</sup> Pertencem ao CPC todos os preceitos legais referidos sem indicação da origem.

<sup>2</sup> Não esquecendo, todavia, as particularidades contidas nos arts. 20º, 22º e 23º deste DL nº 226/2008.

Mais devo acrescentar que a complexidade e o excesso não relevavam só por si, isto é, objectivamente, mas ainda porque a *gestão* da aplicação daqueles preceitos era cometida à secretaria judicial, não sendo certo que os funcionários judiciais estivessem em condições de assegurar adequadamente tal gestão.

Apesar de tudo, após as dúvidas e as hesitações iniciais, a minha convicção foi a de que se havia chegado a um patamar minimamente aceitável na interpretação e aplicação dos citados normativos. Quer dizer, a experiência e a prática forense foram permitindo ultrapassar as dificuldades colocadas pela lei.

Agora, em face das novas alterações, a questão volta a pôr-se, mas num plano que suscita bem maiores preocupações.

Com efeito, mantendo-se a complexidade da regulamentação, criaram-se outros e novos problemas.

É que, desta vez, são detectáveis diversas imprecisões e imperfeições no texto legal, gerando quer contradições, quer dupla regulamentação, quer ainda falta de regulamentação em certos pontos.

O mesmo é dizer que, nesta fase do processo executivo, a intervenção legislativa expressa no DL nº 226/2008 peca por falta de rigor e de precisão<sup>3</sup>.

Para melhor se enfrentar o regime vigente, que decorreu da promulgação do DL nº 226/2008, mostra-se útil proceder a uma breve síntese do regime da fase introdutória da acção executiva que fomos tendo nos últimos anos.

Como se verá, a análise do novo regime legal beneficiará se tivermos presente a evolução legislativa, condição essencial para chegarmos a um resultado interpretativo com um mínimo de coerência e apto a colmatar as imprecisões ou deficiências do novo texto legal.

Nessa perspectiva, importará considerar os seguintes momentos:

- o período que decorreu entre o início da vigência do actual CPC (01/01/1997) e a reforma da acção executiva de 2003;
- o período que decorreu entre a reforma da acção executiva de 2003 (vigente desde 15/09/2003) e as alterações promovidas pelo DL nº 226/2008;
- o período posterior a 31 de Março de 2009, que corresponde ao regime actual, instituído pelo DL nº 226/2008.

## **2. A fase introdutória da execução, no período que decorreu entre 01/01/1997 e 14/09/2003**

Quando o actual Código de Processo Civil entrou em vigor, na acção executiva, e dentro do processo comum, existiam duas formas de processo perfeitamente delimitadas, sempre em função do título executivo.

A forma ordinária, caracterizada por despacho liminar, citação e contraditório inicial, estava então regulada partir do art. 811º e era destinada à execução de títulos extrajudiciais (e à execução de sentenças que tivessem condenado em quantia não liquidável por simples cálculo aritmético).

Nessa forma processual, apresentado o requerimento inicial, o mesmo era submetido a despacho liminar. Caso a execução fosse recebida, o executado era citado para, em 20 dias, pagar ou nomear bens à penhora. Caso não pagasse e também não nomeasse bens à penhora, devolvia-se ao exequente, nos termos então previstos no art. 836º.1.a), o direito de nomear bens à penhora.

A forma sumária, com despacho liminar, penhora imediata e contraditório posterior, era prevista a partir do art. 924º, estando vocacionada para execuções de sentença judicial.

<sup>3</sup> Embora extravase o âmbito deste texto, não pode deixar de dizer-se que a falta de rigor e de precisão se manifestam em diversos pontos da regulamentação do processo executivo, o que é sempre grave, mais a mais numa área tão sensível como esta.

Aí, assistia ao exequente o direito de, logo no requerimento inicial executivo, nomear bens à penhora. Submetido o requerimento a despacho liminar e ordenada que fosse a penhora, só depois de consumada esta é que havia lugar à interpelação do executado.

Era este, em traços gerais, o esquema original do CPC que entrou em vigor em 01/01/1997, sendo que a nota distintiva das duas formas processuais era o momento da penhora, justificando-se o regime da forma sumária (penhora imediata e contraditório posterior) pelo facto de o título ser uma decisão judicial condenatória, o que significava que o então executado já fora réu em acção declarativa, tendo gozado já de amplo contraditório, bem diferentemente das execuções ordinárias, as quais não eram antecedidas de qualquer processo declarativo<sup>4</sup>. Quanto ao despacho liminar, importa reter que o mesmo tinha lugar em ambas as modalidades executivas, ora para ordenar a citação do executado (na execução ordinária), ora para ordenar a penhora de bens (na execução sumária).

Este esquema foi relativamente abalado logo em Outubro de 1997, através do DL nº 274/97, de 8 de Outubro, diploma que veio alargar a certas execuções de títulos não judiciais o regime favorável (ao exequente) da forma executiva sumária.

Com efeito, para a execução de títulos que, à luz do CPC, deveriam seguir a forma ordinária, o legislador veio permitir que o exequente beneficiasse da tramitação prevista para a execução sumária (primordialmente, a penhora imediata e o contraditório posterior), desde que verificados certos requisitos.

Assim, para além de a aplicação desse regime depender de manifestação de vontade do exequente, era preciso que o valor do pedido não excedesse a alçada da 1ª instância e que a penhora apenas recaísse sobre determinados bens (móveis ou direitos que não tivessem sido dados de penhor, com excepção do estabelecimento comercial)<sup>5</sup>.

Quer isto dizer que, mantendo-se a dicotomia execução ordinária/execução sumária assente na espécie de título executivo, foi ampliado, em termos práticos, o domínio de aplicação da execução sumária, numa nítida intenção de, embora com certas restrições, permitir ao exequente a mais rápida efectivação da penhora de bens do executado, diferindo-se o contraditório para depois da penhora.

Nesta mesma linha, importa recordar que, cerca de um ano depois, o DL nº 269/98, de 1 de Setembro, (re)introduziu a figura da injunção e determinou que a execução fundada em requerimento de injunção ao qual tivesse sido aposta a fórmula executória seguiria os termos do processo sumário ou do dito DL nº 274/97 (cfr. a redacção original do art. 21º.1 do Anexo ao DL nº 269/98).

Daqui decorreu, mais uma vez, a ampliação do âmbito da execução sumária, a despeito do critério genericamente consagrado no CPC.

### **3. A fase introdutória da execução, no período que decorreu entre a reforma da acção executiva de 2003 (vigente desde 15/09/2003) e as alterações promovidas pelo DL nº 226/2008**

Com a reforma da acção executiva de 2003, instituída pelo citado DL nº 38/2003, de 8 de Março, houve uma significativa reestruturação da fase inicial do processo executivo.

<sup>4</sup> Não esquecendo, todavia, que a execução de sentença arbitral, embora sucedesse a uma tramitação declarativa, decorria sob a forma ordinária.

<sup>5</sup> Note-se que, à luz da lei (art. 862º-A), a penhora do estabelecimento comercial era regulada como “penhora de direitos”, tendo sido intuito do legislador evitar que o estabelecimento comercial fosse penhorado numa execução instaurada ao abrigo do citado DL nº 274/97.

Embora do art. 465º resultasse que o processo executivo comum passava a ter forma única, era claro que a acção executiva, na sua etapa inicial, comportava tantas possibilidades que era quase um eufemismo essa ideia de unidade de forma.

Nas execuções iniciadas após 15/09/2003, apresentado o requerimento executivo em juízo e sendo o mesmo recebido pela secretaria (os casos de recusa constavam do art. 811º), a concreta tramitação processual, em face do disposto nos arts. 812º, 812º-A e 812º-B, variava entre quatro regimes:

- execuções *com despacho liminar e citação prévia do executado*;
- execuções *com citação prévia do executado mas sem necessidade de despacho liminar*;
- execuções *sem despacho liminar, sem citação prévia e com penhora imediata*;
- execuções *sem citação prévia, com penhora imediata, mas mediante despacho liminar*<sup>6</sup>.

Esta variedade, assente numa previsão demasiado complexa, jogava pouco com a tal forma única do processo executivo comum.

Do cotejo do disposto nos ditos arts. 812º, 812º-A e 812º-B, resultava que o regime regra era o da prolação de despacho liminar<sup>7</sup>, na medida em que, segundo o nº 1 do art. 812º, o processo seria concluso para esse despacho, salvo quando se verificasse alguma das situações previstas no nº 1 do art. 812º-A (preceito que dispensava o despacho liminar)<sup>8</sup>, não esquecendo ainda os casos do nº 7 do art. 812º, em que era dispensado despacho liminar, havendo, porém, citação prévia oficiosa.

Recordemos, então, o funcionamento da fase liminar das execuções após a reforma de 2003, tendo em conta as referidas quatro situações<sup>9</sup>.

O primeiro regime correspondia ao das execuções em que, funcionando o regime regra, o requerimento era submetido a despacho liminar (art. 812º.1).

Nessa situação, o despacho judicial poderia ser de indeferimento (art. 812º.2), de convite ao aperfeiçoamento (art. 812º.4) ou de recebimento (art. 812º.6).

O recebimento da execução implicava a citação do executado, a que o legislador passou a chamar “citação prévia” (por anteceder o acto de penhora).

O segundo regime respeitava às execuções com citação prévia do executado mas sem necessidade de a secretaria fazer o processo concluso para despacho liminar.

Nesses casos, que eram três e estavam indicados no nº 7 do art. 812º, a lei prescrevia a citação do executado logo no início da execução, mas dispensava a intervenção liminar do juiz.

O terceiro regime era o das execuções em que tinha lugar a penhora imediata, sem despacho liminar e sem citação prévia.

Resultava isso da conjugação do art. 812º-A.1 e do art. 812º-B.1, estabelecendo o primeiro quando é que se dispensava a intervenção liminar do juiz e referindo o segundo que, nesses casos, também não haveria citação prévia, o que significava, portanto, que a execução principiava pela penhora.

<sup>6</sup> Acrescendo que, dentro destas “modalidades”, ainda era possível encontrar algumas variações.

<sup>7</sup> Sendo certo que, neste contexto, havendo tantos casos de dispensa de despacho liminar, a “regra jurídica” não era confirmada pela “regra estatística”. Reconhecendo isso mesmo, José Lebre de Freitas (*A acção executiva – depois da reforma*, 4ª edição, p. 161, e *Penhora e oposição à execução*, Themis, Ano V, n.º 9, 2004, p. 13).

<sup>8</sup> Da conjugação deste nº 1 do art. 812º-A com o nº 1 do art. 812º-B resultava que, não havendo despacho liminar, igualmente não haveria citação prévia do executado, havendo outrossim penhora imediata.

<sup>9</sup> Acerca da fase introdutória da execução, em face da reforma de 2003, cfr. Paulo Pimenta (*Reflexões sobre a nova acção executiva* – Sub Judice, Justiça e Sociedade, nº 29, 2004, ps. 87-90).

Note-se, todavia, que o art. 812º-A, embora a sua epígrafe induzisse que o preceito se reportava aos casos de “dispensa de despacho liminar” (disso tratando o seu nº 1), continha duas importantes ressalvas.

Por um lado, o seu nº 2 estabelecia que, ainda que se verificasse alguma das hipóteses do nº 1, haveria, afinal, sempre despacho liminar nas execuções movidas apenas contra o devedor subsidiário, quando o exequente tivesse requerido que a penhora fosse efectuada sem prévia citação do executado (devedor subsidiário) e nas execuções em que fosse de aplicar o nº 2 do art. 804º.

Por outro lado, o nº 3 do art. 812º-A previa que, tratando-se embora de execuções que, pelo nº 1 daquele preceito, dispensavam despacho liminar, a intervenção do juiz poderia ser suscitada pelo funcionário judicial quando ocorresse alguma das situações indicadas nas alíneas a), b) e c) desse nº 3º.

O quarto regime, por fim, era o que respeitava às execuções em que era afastada a citação prévia, abrindo-se caminho à penhora imediata, mas aí mediante despacho judicial, o que significava que cabia ao exequente promover algo nesse sentido.

Assim, ao avançar para a via executiva, o exequente deveria antecipar a tramitação a que o seu requerimento daria lugar (em função, designadamente, do título executivo e do valor do pedido). Sempre que concluísse que a sua execução implicava despacho liminar (sendo que despacho liminar *significava* citação prévia – cfr. o art. 812º.1 e 6), competia ao exequente, caso entendesse ter fundamentos para tal, requerer que o juiz dispensasse a prevista citação prévia e autorizasse a penhora imediata. Quando o exequente assim procedesse, a execução iniciava-se por uma diligência probatória tendente à demonstração do justo receio de perda da garantia patrimonial do crédito, cumprindo-se o previsto nos nºs 2 e 3 do art. 812º-B.

#### **4. A fase introdutória da execução nos processos instaurados após 31/03/2009, à luz do regime instituído pelo DL nº 226/2008**

Uma das matérias em que as alterações decorrentes do DL nº 226/2008 mais se notaram foi, como dito, a da fase introdutória da acção executiva.

Assim, foram revogados os arts. 812º, 812º-A e 812º-B e, em *substituição* daqueles, foram aditados os arts. 812º-C, 812º-D, 812º-E e 812º-F.

Relativamente ao art. 811º, preceito cujo regime se articula funcionalmente com aqueles, foi mantido, mas sofreu uma importante alteração, pois a competência para receber (ou recusar) o requerimento executivo foi cometida ao agente de execução.

Antes de passarmos directamente à análise do novo regime, cumpre deixar aqui algumas notas prévias.

Em primeiro lugar, no confronto entre os preceitos que tínhamos (arts. 812º, 812º-A e 812º-B) e os que ora temos (arts. 812º-C, 812º-D, 812º-E e 812º-F), mesmo admitindo que os novos preceitos acrescentaram algo face aos anteriores, não se vê razão que impedisse a adequada conformação do teor daqueles preceitos, mantendo-se a sua vigência.

Em segundo lugar, não obstante as alterações, continuamos a ter, no essencial, um quadro semelhante ao instituído em 2003, pois há execuções com despacho liminar e citação prévia do executado, há execuções com citação prévia do executado mas sem necessidade de despacho liminar, execuções sem despacho liminar, sem citação prévia e com penhora imediata, e execuções sem citação prévia, com penhora imediata, mas mediante despacho liminar.

---

<sup>10</sup> Esta previsão do nº 3 do art. 812º-A destinava-se como que a contrabalançar o risco decorrente da não intervenção liminar do juiz em certas (que eram muitas) acções executivas, confiando o legislador na capacidade dos funcionários judiciais para se aperceberem de vícios que, se detectados pelo juiz, impediriam o prosseguimento da execução. Esta norma é paralela à contida no nº 5 do art. 234º-A, relativamente à acção declarativa, introduzida igualmente pelo DL nº 38/2003, de 8/3.

Em terceiro lugar, os quatro novos preceitos estão organizados, epigrafados e redigidos de modo assaz imperfeito e desajeitado, já porque a respectiva sequência não é correcta, já porque o teor dos preceitos não corresponde à sua epígrafe, já porque o texto legal contém inúmeras imprecisões e omissões.

Em quarto lugar, e como decorrência do que antecede, deixou de haver regulamentação assente num regime regra, aplicável, pois, a todos os casos em que não prevaleça uma excepção.

Em quinto lugar, e como outra decorrência do que ficou dito, há casos de dupla regulamentação da mesma hipótese, casos de falta de previsão de certa hipótese e casos de regulamentação contraditória.

Para ilustrar o que fica dito, reparemos que o art. 812º-C trata dos casos em que há penhora imediata, dispensando-se o despacho liminar e a citação (aqui com referência à primeira parte do nº 1 do art. 812º-F)<sup>11</sup>, mas a epígrafe fala de outra coisa, fala de “diligências iniciais”<sup>12</sup>.

Podemos também exemplificar com o art. 812º-E, cuja epígrafe (“indeferimento liminar”) induz o intérprete a pensar que tal preceito indica os casos justificativos de indeferimento liminar do requerimento executivo, mas o preceito trata, afinal, do conteúdo possível do despacho liminar, seja de indeferimento (total ou parcial), seja de convite ao aperfeiçoamento, seja de citação do executado<sup>13</sup>.

Passemos, então, a analisar os novos arts. 812º-C, 812º-D, 812º-E e 812º-F, procurando fixar o regime deles resultante acerca da fase introdutória da acção executiva.

#### **a) Execuções sem despacho liminar, sem citação prévia e com penhora imediata**

O art. 812º-C enuncia os casos em que, recebido o requerimento executivo, a execução prossegue de imediato para a penhora, assim se dispensando o despacho liminar e a citação do executado (esta interpelação fica postergada para momento ulterior).

De acordo com a alínea a) do art. 812º-C, isso acontece quando o título executivo é uma *decisão judicial ou arbitral*.

Como se vê, nesta alínea não há qualquer novidade relativamente ao regime precedente, correspondendo ao que tínhamos no (revogado) art. 812º-A.1.a).

Também há penhora imediata no caso indicado na alínea b) do art. 812º-C, ou seja, quando o título executivo seja um *requerimento de injunção a que tenha sido aposta fórmula executória*, solução que corresponde ao que já tínhamos no (revogado) art. 812º-A.1.b).

Nos termos da alínea c) do art. 812º-C, teremos também penhora imediata quando o título executivo for um *documento exarado ou autenticado* por notário ou por outras entidades com competência para tal<sup>14</sup>, ou quando for um *documento particular com reconhecimento presencial da assinatura* do devedor, mas desde que verificado o seguinte:

- i) quando o valor do pedido não exceder a alçada do tribunal da Relação, for junto documento comprovativo da interpelação do devedor, se tal fosse necessário ao vencimento da obrigação;

<sup>11</sup> O art. 812º-C e a primeira parte do nº 1 do art. 812º-F correspondem ao que tínhamos nos (revogados) art. 812º-A.1 e art. 812º-B.1 (segunda parte).

<sup>12</sup> Mais rigorosa era a epígrafe do (revogado) art. 812º-A (dispensa do despacho liminar).

<sup>13</sup> O art. 812º-E corresponde ao que estava no (revogado) art. 812º, sendo que a epígrafe deste último (despacho liminar e citação prévia) era rigorosa e precisa, o que não sucede agora.

<sup>14</sup> Esta categoria de documentos tem correspondência com os títulos executivos a que alude a alínea b) do nº 1 do art. 46º.



- ii) quando o valor do pedido exceder a alçada do tribunal da Relação, for demonstrado ter sido exigido o cumprimento por notificação judicial avulsa ou equiparada.

Face ao teor da alínea c) do art. 812º-C, não pode dizer-se que haja diferenças significativas relativamente ao que já decorria do (revogado) art. 812º-A.1.c).

Aliás, as diferenças, detectáveis no próprio texto legal, são mera decorrência de alterações ocorridas noutros campos do ordenamento jurídico, que acabaram por manifestar-se aqui. Assim, enquanto na versão de 2003 se falava apenas em “notário”, hoje fala-se em “outras entidades ou profissionais com competência para tal” (exarar ou autenticar documentos)<sup>15</sup>. Depois, além da “notificação judicial avulsa” alude-se a notificação “equiparada”.

Finalmente, nos termos da alínea d) do art. 812º-C, quando sirva de base à execução qualquer *outro título de obrigação pecuniária vencida e o pedido não exceda a alçada do tribunal da Relação*, também teremos penhora imediata se o exequente indicar à penhora<sup>16</sup> bens que não *estabelecimento comercial, direito real menor que sobre eles incida ou quinhão em património que os inclua*.

À primeira vista, seríamos tentados a concluir que esta alínea d) do art. 812º-C corresponde à alínea d) do nº 1 do (revogado) art. 812º-A.

No entanto, o confronto literal dos dois preceitos legais coloca um problema relevante.

Tal como resultou da reforma de 2003, para além do critério do valor do pedido e do tipo de título executivo, o (revogado) art. 812º-A.1.d) estabelecia a dispensa de despacho liminar e de citação prévia “*desde que a penhora não recaia sobre bem imóvel, estabelecimento comercial, direito real menor que sobre eles incida ou quinhão em património que os inclua*”.

O actual preceito, o dito art. 812º-C.d) também aponta para penhora imediata, dispensando despacho liminar e citação prévia “*desde que não tenham sido indicados à penhora, pelo exequente, estabelecimento comercial, direito real menor que sobre eles incida ou quinhão em património que os inclua*”.

Há, desde logo, um ponto que é objectivamente indiscutível, qual seja o de a (actual) alínea d) do art. 812º-C ter deixado de fazer alusão ao “bem imóvel”, referindo-se apenas ao “estabelecimento comercial”.

Será que, pelo DL nº 226/2008, o legislador quis excluir da previsão desta alínea d) do art. 812º-C o “bem imóvel”?

Antes de tomarmos posição, importa clarificar o alcance dessa hipótese, isto é, da hipótese de ter sido mesmo intuito legislativo deixar de fora da previsão normativa o dito “bem imóvel”.

O que, nessa hipótese, o texto dessa alínea d) do art. 812º-C consagraria era a possibilidade, quando a execução se baseasse em título de obrigação pecuniária vencida e o pedido não excedesse a alçada da Relação, de haver penhora imediata de quaisquer bens do executado, excepto daqueles que a própria alínea indica.

Quer isto dizer que, tomando à *letra* esta alínea d) do art. 812º-C, apenas ficariam a salvo da penhora os seguintes bens do executado:

- “estabelecimento comercial”;
- “direito real menor que sobre ele [estabelecimento comercial] incida”;
- “quinhão em património que o [estabelecimento comercial] inclua”.

<sup>15</sup> Na base disto estão as alterações introduzidas pelo DL nº 116/2008, de 4 de Julho.

<sup>16</sup> Em condições normais, tal indicação deverá ser feita no requerimento executivo, nos termos do disposto no art. 810º.1.i), pois é esse o acto processual do exequente que antecede o desencadear da aplicação do regime deste art. 812º-C.d).

Consequentemente, sempre nessa hipótese, face à alínea d) do art. 812º-C, no respectivo campo de aplicação, não sendo proibida, passaria a ser genericamente permitida a penhora de um bem imóvel de que o executado fosse titular<sup>17</sup>.

Ora, como se sabe, no (revogado) regime do art. 812º-A.1.d), as coisas eram bem diferentes, já que a referência expressa a “bem imóvel” tinha por efeito impedir a penhora de bens dessa categoria.

Voltando à pergunta acima formulada, será que o legislador quis mesmo excluir da previsão desta alínea d) do art. 812º-C o “bem imóvel” ou será que a omissão da expressão “bem imóvel” ficou a dever-se a algum lapso ou descuido<sup>18,19</sup>?

Se foi intencional a *retirada* da expressão “bem imóvel”, então como explicar que o novo texto legal, tal como o anterior, continue a referir-se a “direito real menor que sobre eles incida” e a “quinhão em património que os inclua”, isto é, num registo que aponta para o plural (*eles, os*), só compreensível se lá continuasse o “bem imóvel”.

Já ficou dito que a intervenção legislativa expressa no DL nº 226/2008 está longe de ser um exemplo de rigor e exactidão, abundando as falhas e as imprecisões, nomeadamente na regulamentação da fase introdutória da acção executiva.

Por isso, para fixar o sentido a dar à alínea d) do art. 812º-C, não devemos dar particular relevo ao texto legal (seja no que parece *faltar*, seja no que pode ser *excedentário*), pois nada permite, com um mínimo de segurança, concluir que houve um efectivo intuito legislativo, seja no sentido de excluir o “bem imóvel” da previsão, seja no sentido de que a omissão foi involuntária e fortuita.

Em face disso, a interpretação deverá atender aos antecedentes normativos e também ao modo como, na própria acção executiva, a regulamentação que contende com os bens imóveis usa ser objecto de particular cautela (à luz da ideia, certa ou não, mas instituída, de que os imóveis são os bens mais *importantes* para o executado).

Já ficou dito que a actual alínea d) do art. 812º-C tem um antecedente imediato na alínea d) do art. 812º-A (resultante da reforma de 2003) e tem um antecedente mais remoto no DL nº 274/97, de 8 de Outubro.

Quer num caso, quer noutro, a previsão legal apontava no sentido de o exequente poder beneficiar da vantagem de obter a penhora imediata de bens do executado, cuja citação seria feita em momento posterior.

Quer num caso, quer noutro, embora com formulações distintas, o legislador teve o cuidado de, para protecção do executado, impedir que essa penhora imediata recaísse sobre determinados bens, supostamente mais importantes para o executado, entre eles figurando sempre os bens imóveis.

Noutro plano, é possível verificar que, ao longo da regulamentação do processo executivo, o legislador tem particular atenção em tudo o que diz respeito a imóveis, sendo que, por vezes, essa atenção se alarga ao estabelecimento comercial.

Desde logo, em sede de penhora, vemos que o nº 2 do art. 834º (seja na nova redacção, seja na introduzida pela reforma de 2003), apenas em certas circunstâncias permite a penhora de bens imóveis ou do estabelecimento comercial.

<sup>17</sup> A peremptoriedade desta afirmação esgota-se nos limites da penhora à luz do próprio art. 812º-C.d), não se atendendo, por aqui irrelevante, ao critério consagrado nos nºs 1 e 2 do art. 834º.

<sup>18</sup> Defendendo que se trata de um *lapsus calami*, José Lebre de Freitas (*A acção executiva – depois da reforma da reforma*, 5ª edição, p. 161).

<sup>19</sup> Defendendo a solução inversa, afirmando que o lapso no texto do art. 812º-C.d) reside no plural em *eles* (e em *os*) e admitindo, por conseguinte, a penhora de bem imóvel ao abrigo desta previsão, Mariana França Gouveia (*A novíssima acção executiva*, Revista da Ordem dos Advogados, Ano 69, 2009, III/IV, ps. 573-574).



Depois, no âmbito da venda por propostas em carta fechada, o legislador volta a mostrar o seu cuidado, aqui com a particularidade de ter maior preocupação quando a venda respeita a um bem imóvel do que a um estabelecimento comercial. Na verdade, do nº 1 do art. 893º e do nº 2 do art. 901º-A (cuja redacção não sofreu alterações) retira-se que o legislador impõe que as propostas sejam abertas na presença do juiz, quando se trate de imóvel, e atribui ao juiz o poder de decidir acerca desse ponto, quando se trate de estabelecimento comercial.

Portanto, está demonstrado que o bem imóvel é aquele cuja regulamentação, na acção executiva, a lei rodeia de maiores cautelas, mesmo no confronto com o estabelecimento comercial.

Assim, não havendo nenhum sinal relevante em contrário<sup>20</sup>, a alínea d) do art. 812º-C deve ter o sentido e alcance que, desde 1997 e com reforço em 2003, sempre esteve associado à figura, ou seja, o de que, baseando-se a execução em título de obrigação pecuniária vencida e o pedido não exceda a alçada da Relação, não há despacho liminar, nem citação prévia, havendo, outrossim, penhora imediata desde que o exequente não indique à penhora os seguintes bens: bem imóvel, estabelecimento comercial, direito real menor que sobre eles incida ou quinhão em património que os inclua.

Ainda a propósito desta alínea d) do art. 812º-C, e porque há que salientar o que é positivo, deve notar-se que, além da verificação dos seus pressupostos objectivos, a aplicação do regime desta alínea é desencadeada pelo próprio exequente, quando indica à penhora bens do executado, com excepção daqueles cuja penhora não é autorizada.

Nesta vertente, a solução legal mostra-se melhor do que a que resultante da reforma de 2003, pois o (revogado) art. 812º-A.1.d) era passível de, por vezes, gerar uma disfunção técnica, por confundir dois planos diferentes (o dos bens a penhorar e o dos bens penhorados)<sup>21</sup>.

#### **b) Execuções com despacho liminar e citação prévia**

Tal como já foi recordado, a reforma de 2003 instituiu um regime em que, por regra, após ter sido recebido, o requerimento executivo devia ser submetido a despacho liminar (era o que então resultava do nº 1 do art. 812º).

A apresentação do requerimento executivo a despacho era, todavia, excluída nos casos ressalvados, que eram os do nº 1 do art. 812º-A.

Como também se recordou, o nº 2 do art. 812º-A impunha sempre a prolação de despacho liminar, mesmo que a situação fosse enquadrável nos casos indicados no nº 1 desse preceito.

Havendo despacho liminar (ora por força do nº 1 do art. 812º, ora por força do nº 2 do art. 812º-A), os nºs 2, 4 e 6 do art. 812º indicavam os sentidos possíveis do despacho: indeferimento, convite ao aperfeiçoamento ou citação do executado.

Recorde-se ainda que, no regime legal saído da reforma de 2003, e naquilo que configurava uma correcta técnica legislativa, o regime regra (o da conclusão do processo para despacho liminar) não tinha campo de aplicação explicitamente definido, pela simples e óbvia razão de que, não se verificando nenhum dos casos excepcionais (esses, sim, indicados expressamente) que dispensavam a prolação de despacho liminar, então sempre seria de cumprir a regra.

Numa opção tecnicamente defeituosa, com o DL nº 226/2008, foi criado um esquema em que, formalmente, deixa de haver regra e excepção.

<sup>20</sup> Na convicção de que à simples “omissão” no texto legal não pode ser atribuído qualquer significado, num quadro de notória falta de cuidado e precisão por parte de quem redigiu este preceito (e não só este).

<sup>21</sup> Já na ocasião, após a reforma de 2003, houve oportunidade de assinalar essa disfunção técnica. Cfr. Paulo Pimenta (*Reflexões sobre a nova acção executiva*, cit., p. 90).

Essa opção mostra-se ainda mais defeituosa se a confrontarmos com o regime instituído na reforma de 2003, acima recordado.

Realmente, agora, temos um preceito (o art. 812º-D) que diz expressamente quais os casos em que o processo deve ser submetido a despacho liminar.

Como também já vimos, no preceito imediatamente anterior (o art. 812º-C) estão expressamente indicados os casos em que a execução começa pela penhora, não havendo, pois, despacho liminar (sendo certo que, como já vinha de trás, não havendo despacho liminar, também não há citação prévia<sup>22</sup>).

Como é bom de ver, tal técnica legislativa, assente em definir *expressis verbis* o campo de aplicação de dois preceitos que, digamos, se excluem reciprocamente, comporta um risco sério, qual seja o haver casos não mencionados nem num, nem noutro dos preceitos, gerando-se desnecessárias omissões legislativas<sup>23</sup>. É o que sucede, de resto, como se verá adiante.

Atentemos, por ora, no art. 812º-D, destinado a indicar os casos em que o requerimento executivo deve ser submetido a despacho liminar, preceito esse que é integrado por sete alíneas.

Bem vistas as coisas, este art. 812º-D resultou da reunião, num único preceito, de três diferentes categorias de situações, assim agrupadas:

- alíneas a) e b);
- alíneas c) e d);
- as alíneas e), f) e g).

Como se verá, muitos dos problemas interpretativos gerados pelo novo arranjo da fase liminar da acção executiva, têm origem na redacção deste art. 812º-D e do art. 812º-F.

O art. 812º-D é paradigmático acerca da confusão criada pelo próprio texto legal.

Os casos previstos nas alíneas a) e b) do art. 812º-D correspondem ao que, pela reforma de 2003, estava previsto nas alíneas a) e b) do nº 2 do art. 812º-A.

Como já vimos, o art. 812º-A oriundo da reforma de 2003 indicava, no seu nº 1, os casos (excepcionais) em que a execução se iniciava pela penhora de bens, dispensando-se despacho liminar e citação prévia.

O que o nº 2 desse art. 812º-A acautelava era que, mesmo que o título executivo pudesse desencadear a previsão do nº 1 (regime excepcional), haveria sempre submissão do processo a despacho liminar (regime regra) em dois casos, a saber<sup>24</sup>:

- se fosse demandado apenas o devedor subsidiário e o exequente tivesse pedido que a penhora se realizasse sem prévia citação do executado;
- na hipótese regulada no nº 2 do art. 804º<sup>25</sup>.

Quer isto dizer que as alíneas a) e b) do art. 812º-D não configuram qualquer inovação, pois o seu regime já existia na lei.

Acresce que a nova redacção peca por defeito, pois a alínea a) não pode querer referir-se a todos os casos em que seja demandado apenas o devedor subsidiário, mas só àqueles em que o exequente vise obter a penhora sem prévia citação do executado [o que, aliás, é confirmado pela alínea a) do nº 2 do art. 812º-F, onde é regulada a (oficiosa) citação prévia

<sup>22</sup> No regime decorrente da reforma de 2003, cjb. os arts. 812º-A.1 e 812º-B.1. No regime decorrente do DL nº 226/2008, cfr. a primeira parte do nº 1 do art. 812º-F.

<sup>23</sup> Dando também nota desse risco, José Lebre de Freitas (*A acção executiva – depois da reforma da reforma*, 5ª edição, p. 159).

<sup>24</sup> Pode dizer-se que, em face da reforma de 2003, o art. 812º.1 previa o regime regra, o art. 812º-A.1 previa o regime excepcional e o art. 812º-A.2 previa a excepção à excepção, reimplantando a regra do despacho liminar em dois casos particulares.

<sup>25</sup> Aquilo que, em face da reforma de 2003, estava no nº 2 do art. 804º, está, agora, repartido pelos nºs. 2 e 3 desse art. 804º.

do devedor subsidiário demandado sozinho, quando não tenha sido pedida a dispensa dessa citação]<sup>26</sup>.

Os casos previstos nas alíneas c) e d) do art. 812º-D não têm correspondência no regime anterior.

Mas isto apenas significa que, até à vigência das alterações introduzidas pelo DL nº 226/2008, não havia qualquer preceito que referisse expressamente as hipóteses agora mencionadas nas alíneas em apreço.

Essa *omissão* era inócua, dela resultando o seguinte: as execuções fundadas em títulos executivos da espécie dos (hoje) indicados nas ditas alíneas, por não se lhes aplicar o regime excepcional do nº 1 do (revogado) art. 812º-A, estavam sujeitas a despacho liminar, por aplicação do regime regra consagrado no nº 1 do (revogado) art. 812º.

Quer isto dizer, portanto, que a criação das alíneas c) e d) do art. 812º-D não alterou nada, pois a solução a que se chega agora (apresentação do processo a despacho liminar) é a mesma a que já se chegava antes, sem ser precisa norma expressa nesse sentido.

Os casos previstos nas alíneas e), f) e g) do art. 812º-D, apresentados como situações em que o processo deve ser remetido para despacho liminar, são mais um exemplo de uma intervenção legislativa descuidada.

É certo que o teor destas alíneas não configura novidade, pois teor semelhante se encontrava já nas alíneas a), b) e c) do nº 3 do (revogado) art. 812º-A.

O teor é semelhante, mas não igual, por dois motivos.

Por um lado, porque a alínea f) do art. 812º-D [aludindo às alíneas b) e c) do nº 1 do art. 812º-E] não é tão ampla como a alínea b) do nº 3 do (revogado) art. 812º-A, pois esta referia-se às alíneas b) e c) do nº 2 do (revogado) art. 812º, mas também se referia ao nº 4 desse art. 812º<sup>27</sup>.

Por outro lado, o teor não é igual porque, em face do regime instituído em 2003, a aplicação das alíneas a), b) e c) do nº 3 do (revogado) art. 812º-A era desencadeada pelo funcionário judicial, ao passo que agora as alíneas e), f) e g) do art. 812º-D se reportam à actuação do agente de execução.

O problema, verdadeiramente, está no modo como as situações sobre que versam as alíneas e), f) e g) do art. 812º-D são tratadas na lei.

Como se vê, a lei trata essas situações como se fossem casos em que o processo está sujeito a despacho liminar, o que não é, de todo, rigoroso.

Acerca da questão do despacho liminar, o sistema processual civil sempre assentou a respectiva regulamentação numa opção entre haver ou não haver despacho liminar.

Se a opção for no sentido de haver despacho liminar, essa será a regra a observar, salvo quando uma excepção obste a tal.

Se a opção for no sentido de não haver despacho liminar, essa será a regra a cumprir, salvo se uma excepção dispuser diferentemente.

Como se sabe, na acção declarativa, desde 01/01/1997, a regra é não haver despacho liminar e, com isso, não haver despacho de citação. No entanto, a título excepcional, quando a lei impõe que a citação depende de prévio despacho judicial, casos há em que a petição inicial deve ser apresentada a despacho.

<sup>26</sup> O que equivale a dizer que a alínea a) do nº 2 do (revogado) art. 812º-A era mais rigorosa do que a actual alínea a) do art. 812º-D. A propósito, cfr. a alínea a) do nº 7 do (revogado) art. 812º, que corresponde ao actual art. 812º-F.2.a).

<sup>27</sup> As alíneas b) e c) do nº 2 do (revogado) art. 812º correspondem às actuais alíneas b) e c) do nº 1 do art. 812º-E, enquanto o nº 4 do (revogado) art. 812º corresponde ao nº 3 do art. 812º-E.

Na acção executiva, com a reforma de 2003, embora a regra fosse haver despacho liminar, as excepções previstas na lei eram tantas que, em termos estatísticos, o habitual (a regra) era não haver despacho liminar<sup>28</sup>.

Foi ciente desse quadro estatístico, foi ciente de que na maioria das execuções não haveria controlo judicial liminar, que o legislador, na reforma de 2003, resolveu criar uma previsão que pudesse funcionar como que uma *válvula de segurança*.

Essa previsão foi inserta no nº 3 do art. 812º-A, exactamente o preceito cujo nº 1 era *responsável* pelo citado quadro estatístico de menor controlo judicial liminar.

O que sucedeu, em 2003, foi o seguinte: no próprio preceito que previa a dispensa de despacho liminar, o legislador estipulou a hipótese de o funcionário judicial *suscitar a intervenção do juiz* em determinadas situações, assim permitindo um controlo judicial que, em condições normais, não ocorreria, pois a execução era daquelas que dispensavam despacho liminar.

As situações em que o funcionário judicial haveria de suscitar a intervenção do juiz foram, então, indicadas nas alíneas a), b) e c) do dito nº 3 do (revogado) art. 812º-A.

Aquilo que se esperava do funcionário judicial era que, nas execuções dispensadas de despacho liminar, caso admitisse estar perante algumas das situações tratadas naquelas alíneas, colocasse o assunto à consideração do juiz de execução<sup>29</sup>.

Tendo sido esta a *histórica* razão de ser da criação do nº 3 do art. 812º-A, é bom de ver que as situações referidas nas alíneas a), b) e c) desse nº 3 não configuravam *casos de despacho liminar* na acção executiva.

Tratava-se, apenas e só, de um expediente legal destinado a atenuar os riscos decorrentes do início e prosseguimento de execuções sem controlo judicial liminar.

Voltando, agora, ao art. 812º-D, vemos que a lei trata as alíneas e), f) e g) deste preceito como casos de despacho liminar, o que não é rigoroso.

Na verdade, o que sucede é que, tendo confiado a *gestão* da aplicabilidade dos (novos) arts. 812º-C, 812º-D, 812º-E e 812-F ao agente de execução (em substituição do funcionário judicial) e tendo-se dedicado a aditar preceitos cujo teor, no essencial, reproduz ou, pior ainda, mistura textos legais que estavam nos preceitos revogados, o legislador criou uma teia confusa e complexa, muitas vezes sem sentido.

Apesar de tudo, para darmos sentido útil ao que consta das alíneas e), f) e g) do art. 812º-D, podemos assentar no seguinte: nos casos de execuções que, nos termos do art. 812º-C, dispensam despacho liminar, o agente de execução, em vez de diligenciar pela imediata penhora de bens do executado, deve apresentar o processo ao juiz de execução nas hipóteses seguintes:

- quando duvide da suficiência do título ou da interpelação ou notificação do devedor<sup>30</sup>;
- quando admita que ocorrem excepções dilatórias, não supríveis, de conhecimento oficioso [cfr. a alínea b) do nº 1 do art. 812º-E];

<sup>28</sup> Dando nota disso mesmo, José Lebre de Freitas (*A acção executiva – depois da reforma*, cit., p. 161)

<sup>29</sup> A partir daí, o juiz poderia, em função dos casos, concluir pelo indeferimento liminar ou pelo convite ao aperfeiçoamento ou até concluir que era injustificada a sua intervenção (promovida pelo funcionário judicial), caso em que deveria determinar que o processo seguisse o *curso normal*, isto é, penhora imediata, sem despacho liminar e sem citação prévia, à luz do nº 1 do (revogado) art. 812º-A.

<sup>30</sup> Como a lei foi elaborada sem o cuidado devido, há aqui mais uma dificuldade, como passa a expor-se: face ao art. 811º.1.b), o agente de execução recusa receber o requerimento executivo se for “manifesta a insuficiência do título apresentado”; face ao art. 812º-D.e), o agente de execução apresenta o processo a despacho liminar quando “duvidar da suficiência do título”; face ao art. 812º-E.1.a), o juiz indefere liminarmente o requerimento executivo quando “seja manifesta a insuficiência do título”. Ora, se a insuficiência do título é *manifesta*, o agente de execução haverá de recusar o requerimento executivo. Caso receba o requerimento (sinal de que, para si, *não é manifesta a insuficiência*), concede-se, em tese, que possa *duvidar da suficiência* (o que é gradativamente inferior ao motivo de recusa), em termos de promover o despacho liminar. No entanto, só há indeferimento liminar se a *insuficiência for manifesta* (o que é gradativamente superior ao motivo para submeter o processo ao juiz).

- quando, fundando-se a execução em título negocial, admita ser manifesta, face aos elementos constantes dos autos, a inexistência de factos constitutivos ou a existência de factos impeditivos ou extintivos da obrigação exequenda que ao juiz seja lícito conhecer [cfr. a alínea c) do nº 1 do art. 812º-E];
- quando, pedida a execução de sentença arbitral, duvide de que o litígio pudesse ser cometido à decisão por árbitros, quer por estar submetido, por lei especial, exclusivamente a tribunal judicial ou a arbitragem necessária, quer por o direito não ser disponível pelo seu titular.

Isto posto, caso o processo seja liminarmente presente ao juiz de execução, este pode proferir despacho com um de três possíveis conteúdos, os quais são enunciados no art. 812º-E, cuja epígrafe (indeferimento liminar) não expressa o real âmbito do preceito<sup>31</sup>.

Assim, o despacho será de indeferimento liminar quando ocorra alguma das hipóteses previstas nas três alíneas do nº 1 do art. 812º-E<sup>32</sup>, que são os casos mais graves e impedem o aproveitamento da execução<sup>33</sup>.

O despacho liminar pode ser de convite ao aperfeiçoamento, nos termos do nº 3 do art. 812º-E, sendo que, como decorre do nº 4 do preceito, a tal despacho sempre se seguirá um outro, ora indeferindo o requerimento executivo, ora admitindo a execução e determinado o seu prosseguimento, conforme o exequente actue em face do convite que lhe for dirigido<sup>34</sup>.

Finalmente, nada obstando ao prosseguimento da execução, o despacho liminar será no sentido da citação prévia do executado, como estabelece o nº 5 do art. 812º-E.

Esclareça-se que é por referência a este nº 5 do art. 812º-E que se fala no regime do “despacho liminar e citação prévia”.

Como resulta nítido do que antecede, o art. 812º-E nada traz de novo relativamente ao que estava regulado no (revogado) art. 812º (nºs. 2 a 6).

### **c) Execuções com citação prévia, sem despacho liminar**

Tal como acontecia desde a reforma de 2003, há execuções que se iniciam com a citação prévia do executado, mas tal acto não carece de despacho judicial nesse sentido.

Em face da reforma de 2003, esses casos de citação prévia do executado estavam previstos nas alíneas a), b) e c) do nº 7 do (revogado) art. 812º.

Com as alterações introduzidas pelo DL nº 226/2008, pode dizer-se que, no essencial, o regime se manteve, tendo sido, no entanto, acrescentadas duas outras hipóteses de citação prévia independentemente de despacho.

Também neste domínio se vê que, abandonando uma regulamentação clara e precisa, o legislador optou por uma formulação confusa e geradora de dúvidas interpretativas.

Vejamos quais são os casos em que a execução se inicia pela citação (por isso, prévia) do executado, sem necessidade de despacho que a determine.

Por um lado, são os casos indicados nas alíneas a), b), c) e d) do nº 2 do art. 812º-F.

Por outro, é o caso referido na segunda parte do nº 1 do art. 812º-F.

<sup>31</sup> Este art. 812º-E, que dispõe sobre o conteúdo do despacho liminar, corresponde ao (revogado) art. 812º, sendo certo que os nºs 1 a 5 do art. 812º-E correspondem, respectivamente, aos nºs. 2 a 6 do (revogado) art. 812º.

<sup>32</sup> Acerca dos motivos de indeferimento liminar, cfr. Fernando Amâncio Ferreira (*Curso de processo de execução*, 13ª edição, ps. 164-168) e José Lebre de Freitas (*A acção executiva – depois da reforma da reforma*, cit., p. 163).

<sup>33</sup> Esse indeferimento pode ser parcial, tal como admite o nº 2 do art. 812º-E (e já admitia o nº 3 do antigo art. 812º).

<sup>34</sup> Acerca dos casos de convite ao aperfeiçoamento, cfr. Fernando Amâncio Ferreira (*Curso de processo de execução*, cit., ps. 168-171) e José Lebre de Freitas (*A acção executiva – depois da reforma da reforma*, cit., ps. 162-163).

Quanto aos casos das alíneas a), b) e c) do nº 2 do art. 812º-F, têm total e absoluta correspondência com os que, desde a reforma de 2003, estavam enunciados nas alíneas a), b) e c) do nº 7 do (revogado) art. 812º, não havendo, pois, qualquer inovação.

Constitui já novidade o caso da alínea d) do nº 2 do art. 812º-F, estabelecendo-se essa citação prévia e oficiosa quando, no registo informático de execuções, conste a menção da frustração, total ou parcial, de anterior execução movida contra o executado.

Para além de não se perceber por que motivo o desfecho de uma dada execução há-de influir no modo e no momento de citação do executado numa futura execução, a previsão legal não é totalmente compatível com a tramitação da própria acção executiva.

Com efeito, a informação que pode desencadear a aplicação do art. 812º-F.2.d) haverá de ser colhida no registo informático de execuções.

Como resulta da conjugação do disposto nos nºs. 1 e 2 do art. 832º, a consulta do registo informático de execuções não tem lugar sempre no mesmo exacto momento processual.

Antes de mais, embora pareça confuso, note-se que essa consulta deverá ocorrer como acto anterior às “diligências prévias à penhora”, mas sempre depois de verificada alguma das circunstâncias que determinam o início dessas “diligências prévias à penhora”.

Tais circunstâncias são as mencionadas nas alíneas do nº 1 do citado art. 832º.

Ora, basta ver o teor da alínea b) e o teor das segunda e terceira partes da alínea c)<sup>35</sup> daquele nº 1 para concluir que, nesses casos, ao consultar o registo informático de execuções, por estar na altura de iniciar as “diligências prévias à penhora”, o agente de execução nunca pode dar cumprimento à alínea d) do nº 2 do art. 812º-F, pela simples razão de que, em tais casos, o executado já está citado.

Daqui decorre, pois, que não é próprio fazer depender o modo de citação do executado de uma informação que, muitas vezes, só é obtida pelo agente de execução depois de consumada essa mesma citação.

E no caso da alínea a) do nº 1 do art. 832º, em que, aí sim, a consulta do registo informático de execuções ocorre em momento anterior ao da citação, não se vê como compatibilizar a solução para que aponta o art. 812º-F.2.d) (citação prévia oficiosa) com o disposto no nº 3 do art. 832º, nem com o nº 1 do art. 833º-B (este conjugado ainda com o nº 1 do art. 834º).

Quanto ao último caso de citação prévia do executado sem necessidade de despacho judicial, constante da segunda parte do nº 1 do art. 812º-F, está previsto em termos de permitir ao exequente, caso o pretenda, fazer requerimento nesse sentido.

O campo de aplicação desta figura é o das execuções que, por subsumíveis no art. 812º-C, permitem a penhora imediata, sem despacho liminar e sem citação prévia<sup>36</sup>.

Aí, antevendo que a sua execução começará pela penhora de bens do executado e só depois terá lugar a respectiva citação, o exequente, caso pretenda evitar essa sequência e caso pretenda que o primeiro acto da execução seja a citação do executado, pode formular pedido nesse sentido.

Tal pedido há-de ser feito no próprio requerimento executivo, nos termos do art. 810º.1.j), desencadeando a aplicação da segunda parte do nº 1 do art. 812º-F e gerando uma alteração na (previsível) cadência do processo executivo.

À primeira vista, será pouco compreensível que o exequente faça um pedido deste género, já que “desperdiça” a oportunidade de assegurar a apreensão de bens do executado antes de este ser citado, não beneficiando, assim, do *efeito surpresa* da penhora imediata.

<sup>35</sup> Também na nova redacção do nº 1 do art. 832º houve falta de zelo. Tendo sido intuito legislativo converter em alíneas aquilo que estava em texto corrido no nº 1 desse art. 832º (tal como saiu da reforma de 2003), o resultado foi mau, em especial na alínea c), em que é patente a *falta de texto* (no confronto com a versão anterior).

<sup>36</sup> Recorde-se que a primeira parte do nº 1 do art. 812º-F dispensa a citação prévia do executado nos casos do art. 812º-C.



No entanto, aqui e ali, poderá haver razões para o exequente fazer tal opção. Por um lado, para evitar o risco de vir a ser responsabilizado nos termos do art. 819<sup>37</sup>. Por outro lado, para impedir que o recebimento da oposição à execução gere efeito suspensivo, sem exigência de caução<sup>38</sup>. Além disso, pode colocar-se a conveniência da citação do executado como meio de obter a interrupção da prescrição, por referência ao disposto no art. 323º do Código Civil<sup>39</sup>.

#### **d) Execuções sem citação prévia e com penhora imediata, mediante despacho liminar**

Para além dos casos em que, por lei (art. 812º-C), há penhora imediata, realizando-se a citação depois de consumada a penhora, existe uma outra possibilidade de a penhora ser feita antes da citação do executado.

Esta hipótese coloca-se no domínio das execuções que, por princípio, estão sujeitas a despacho liminar.

Como se sabe, nos processos submetidos a despacho liminar, caso não haja motivo para indeferimento ou para convite ao aperfeiçoamento<sup>40</sup>, é ordenada a citação do executado.

Tal citação antecede a penhora, na medida em que esta só terá lugar depois de esgotado o prazo (de 20 dias) de que o executado dispõe para pagar ou deduzir oposição<sup>41</sup>.

Pode, todavia, suceder que a prévia citação do executado ponha em risco a garantia patrimonial do crédito exequendo. Nos casos em que entenda haver esse risco, compete ao exequente pedir que a penhora seja efectuada sem a prévia citação do executado<sup>42</sup>.

Para tal, nos termos do disposto no nº 3 do art. 812º-F, o exequente deve alegar factos que justifiquem o receio de perda da garantia patrimonial do seu crédito, indicando logo as provas respectivas.

Nesse caso, o processo há-de iniciar-se pelas diligências probatórias competentes, após o que, caso entenda ser justificado o receio invocado, o juiz dispensará a citação prévia do executado, autorizando a penhora imediata (art. 812º-F.4).

Esta figura, que corporiza como que o enxerto de uma providência cautelar de arresto na acção executiva<sup>43</sup>, não é nova, pois já existe desde a reforma de 2003, estando então prevista nos nºs. 3 e 4 do (revogado) art. 812º-B.

A particularidade deste regime consiste na circunstância de a penhora imediata ter por base uma decisão judicial, proferida casuisticamente, e não uma previsão legal geral e abstracta.

#### **e) Síntese e tomada de posição sobre alguns pontos controvertidos**

Percorridos os arts. 812º-C, 812º-D, 812º-E e 812º-F e assumindo que, na fase liminar da execução, podemos encontrar quatro tramitações distintas (*i.* execuções sem despacho liminar, sem citação prévia e com penhora imediata; *ii.* execuções com despacho liminar e citação prévia; *iii.* execuções com citação prévia mas sem necessidade de despacho liminar; *iv.* execuções sem citação prévia, com penhora imediata, mas mediante despacho liminar),

<sup>37</sup> Além do mais, é pressuposto desta responsabilidade que não tenha havido citação prévia do executado.

<sup>38</sup> Nos termos do nº 2 do art. 818º, quando não haja citação prévia, se a oposição à execução for recebida, o processo de execução fica suspenso.

<sup>39</sup> Com exemplos semelhantes, Elizabeth Fernandez (*A (pretensa) reforma da acção executiva*, Cadernos de Direito Privado, nº 26, Abril/Junho 2009, ps. 28-29).

<sup>40</sup> Ou quando o exequente dê satisfação ao convite que lhe é dirigido.

<sup>41</sup> Se o executado deduzir oposição e esta tiver efeito suspensivo, nos termos do nº 1 do art. 818º, então as diligências para penhora só hão-de iniciar-se após a decisão que julgue improcedente a oposição, conforme decorre da alínea c) do nº 1 do art. 832º.

<sup>42</sup> Esse pedido deve ser formulado no requerimento executivo, nos termos do art. 810º.1.j).

<sup>43</sup> A propósito, cfr. cfr. Fernando Amâncio Ferreira (*Curso de processo de execução*, cit., p. 171) e José Lebre de Freitas (*A acção executiva – depois da reforma da reforma*, cit., p. 168).

deveria ser simples, aqui chegados, enunciar o modo de determinar a aplicação de cada uma dessas tramitações. Tal simplicidade não se confirma.

Na verdade, há mesmo alguma dificuldade em conjugar os referidos preceitos e em, a partir deles, extrair um regime legal harmonioso e equilibrado. Na base dessa dificuldade está o modo como os preceitos foram redigidos e o modo como (não) se articulam entre si.

Começemos, todavia, pelos pontos que se mostram seguros.

*É seguro que, nos casos indicados no art. 812º-C, tendo recebido o requerimento executivo, o agente de execução deve providenciar pela imediata penhora de bens, sem citar o executado e sem submeter o requerimento a despacho judicial.*

*É seguro que, estando em causa a aplicação da alínea d) do art. 812º-C, a penhora não pode incidir sobre os bens (direitos) aí indicados.*

*É seguro que, mesmo que o caso pudesse enquadrar-se em algumas das alíneas do art. 812º-C, o agente de execução, em vez de proceder à penhora, deve apresentar o processo a despacho liminar, quando se trate execução movida apenas contra o devedor subsidiário e o exequente tenha pedido a dispensa da citação prévia ou quando esteja em causa a aplicação dos nºs. 2 e 3 do art. 804º.*

*É seguro que o agente de execução deve apresentar o processo a despacho liminar nas execuções em que o título seja algum dos indicados nas alíneas c) e d) do art. 812º-D.*

*É seguro que, havendo lugar à prolação de despacho liminar, esse despacho pode ser de indeferimento, de convite ao aperfeiçoamento ou de citação.*

*É seguro que os casos previstos nas alíneas e), f) e g) do art. 812º-D não configuram, em rigor, motivo de despacho liminar, embora o agente de execução, deparando com tais casos, deva apresentar os autos ao juiz de execução.*

*É seguro que, nos casos indicados no art. 812º-C, o agente de execução, em vez de realizar a penhora imediatamente, deve citar previamente o executado, quando o exequente haja feito requerimento nesse sentido.*

*É seguro que, nos casos em que o processo deva ser submetido a despacho liminar, o exequente pode requerer que seja dispensada a citação prévia e autorizada a penhora imediata, alegando factos que justifiquem o receio de perda da garantia patrimonial e indicando logo as provas.*

Consideremos, agora, pontos que suscitam dúvidas interpretativas, aproveitando para tomar posição sobre os mesmos.

Há dúvidas sobre o sentido a dar à alínea d) do art. 812º-C, quanto a saber se é ou não excluída a penhora de “bem imóvel”.

Sobre este ponto, já tomei posição, entendendo, pelas razões então apontadas, que a *alínea d) do art. 812º-C deve ser tomada no sentido de que a proibição quanto à penhora de certos bens inclui o “bem imóvel”*.

Há dúvidas sobre qual o regime a aplicar quando determinado caso não esteja expressamente indicado no art. 812º-C, nem no art. 812º-D, nem no art. 812º-F.2, configurando um caso omissio<sup>44</sup>.

<sup>44</sup> Exemplo: execução de 100.000 euros fundada em escritura pública de mútuo, sem que o exequente demonstre ter requerido a notificação judicial avulsa do executado. Outro exemplo: execução de documento particular de confissão de dívida de 5.000 euros, com reconhecimento presencial da assinatura do devedor, sem que esteja definida a data de vencimento e sem que o exequente demonstre ter interpelado por escrito o executado, assim tornando vencida a obrigação. Como se vê, estes casos não são subsumíveis no art. 812º-C, mas também não cabem na previsão dos arts. 812º-D e 812º-F.2.

Se não está previsto no art. 812º-C, fica logo excluída a hipótese de penhora imediata, sem despacho liminar e sem citação prévia.

Resta a opção entre apresentar o requerimento a despacho liminar (art. 812º-D) e realizar a citação prévia sem despacho liminar (art. 812º-F.2).

O problema que hoje se coloca [mas não colocava na reforma de 2003, pois havia um regime regra (despacho liminar – art. 812º) que era de aplicar sempre que não funcionasse a excepção] resulta da opção de a lei indicar os casos em que não há despacho liminar e, simultaneamente, indicar aqueles em que há despacho liminar.

A omissão legislativa deve ser resolvida no sentido mais garantístico e mais seguro para o executado, bem assim mais conforme ao que era o regime instituído em 2003, ou seja, *o agente de execução deve apresentar o requerimento a despacho liminar*<sup>45</sup>.

Há dúvidas sobre o proémio do nº 2 do art. 812º-F, discutindo-se qual o sentido a dar à previsão de o processo ser remetido para despacho liminar e, simultaneamente, à previsão de citação prévia, sem necessidade de despacho judicial.

Já vimos que o nº 2 do art. 812º-F corresponde, em absoluto, nas três primeiras alíneas, ao nº 7 do (revogado) art. 812º<sup>46</sup>, e já vimos que, em face da reforma de 2003, eram três os casos em que o legislador entendia haver necessidade de assegurar o contraditório inicial (citação prévia), dispensando, porém, o controlo judicial (não havendo despacho liminar).

Nessa conformidade, entendo que a única forma de *salvar* o nº 2 do art. 812º-F é ignorar (fazendo de conta que lá não está) a previsão de remessa do processo para despacho liminar e, assim, *tomar o preceito como se lá estivesse escrita apenas a parte final do proémio desse nº 2, ou seja, há sempre citação prévia, sem necessidade de despacho do juiz*.

Desse modo fica assegurada a coerência do preceito, em si e na conjugação com outros, e fica assegurada a solução que foi instituída, então de modo exacto, em 2003<sup>47 48</sup>.

Em jeito de conclusão, pode dizer-se que a criação dos arts. 812º-C, 812º-D, 812º-E e 812º-F, destinados a substituir os arts. 812º, 812º-A e 812º-C, redundou num exercício injustificado e inglório.

Por um lado, porque, no fundo, ficou tudo igual, com a agravante de se ter perdido em qualidade, pois os novos textos legais apresentam várias imperfeições, contradições e omissões.

Por outro lado, porque uma ou outra inovação útil poderia perfeitamente ser incorporada nos preceitos originais, mantendo a sua matriz.

Por fim, porque, como se vê, a única forma de, com fiabilidade, interpretar e aplicar os novos preceitos é buscando sempre apoio no que estava consagrado nos preceitos revogados. Foi, aliás, muito por isso que se iniciou este texto recordando o regime de pretérito.

<sup>45</sup> Neste sentido, Mariana França Gouveia (*A novíssima acção executiva*, cit., p. 576).

<sup>46</sup> A alínea d) do nº 2 do art. 812º-F é inteiramente nova, sem correspondência com a redacção anterior.

<sup>47</sup> Registe-se, todavia, o esforço de Mariana França Gouveia (*A novíssima acção executiva*, cit., p. 575) no sentido de encontrar outra solução interpretativa, opção que não parece adequada pela simples razão de que o texto legal é totalmente absurdo, impedindo que dele se retire qualquer resultado aceitável.

<sup>48</sup> Para confirmar o quanto foi descuidada a redacção dos preceitos relativos à fase introdutória da execução, note-se que a alínea e) do nº 5 do art. 234º diz que, no processo executivo, a citação depende de despacho nos casos do nº 5º do art. 812º-E (o que é correcto) e do nº 2 do art. 812º-F (nº 2 esse que diz exactamente o contrário).

